



Câmara Municipal da Moita

Gabinete do Presidente

Presente à reunião de 21/05/2014

Deliberação: _____

Proposta

Assunto: Subscrição do Apelo "Em defesa da Escola Pública"

No ano em que comemoramos os 40 anos do 25 de Abril de 1974 é nosso dever, e nossa obrigação, continuar a pugnar pelas suas conquistas e pelos direitos alcançados para o povo português.

Um dos principais direitos, plasmado no artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa de 1976, diz respeito ao Ensino e consagra que o Estado português *"reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar."*

O direito ao Ensino coloca na incumbência do Estado a implementação do ensino básico universal, obrigatório e gratuito; a criação de um sistema público de educação pré-escolar; a garantia da educação permanente e a eliminação do analfabetismo; a garantia a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística; o estabelecimento progressivo da gratuitidade de todos os graus de ensino; a ligação do ensino com as atividades produtivas e sociais; e o estímulo à formação de quadros científicos e técnicos originários das classes trabalhadoras.

38 anos passados sobre a entrada em vigor da Lei Fundamental constatamos que muitas das competências do Estado continuam por cumprir e que são cada vez mais graves e acutilantes as medidas implementadas pelos sucessivos governos em total desrespeito pela Constituição, pelo Ensino Público e pelos portugueses. As opções político-ideológicas têm sido orientadas para um Ensino cada vez mais restritivo para alunos, professores e famílias, com a desvalorização da Escola Pública, o descrédito da carreira docente e a aplicação de medidas que penalizam a comunidade educativa, nomeadamente o encerramento de centenas de estabelecimentos de ensino, o aumento dos custos dos serviços escolares, a sobrelotação de alunos por turma e o desinvestimento verificado no ensino público que colide com o

investimento no ensino privado, através de “contratos de associação” e da promoção do cheque-ensino.

Manifestando-se contra todas as medidas e orientações que contrariem o direito ao Ensino e sejam prejudiciais a um sistema de ensino universal, e perante o apelo que foi lançado pelos subscritores do apelo “Em defesa da Escola Pública”, a Câmara Municipal da Moita, reunida em 21 de maio de 2014, delibera subscrever o referido apelo.

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'R. Garcia', is centered on the page. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'R'.

(Rui Manuel Marques Garcia)